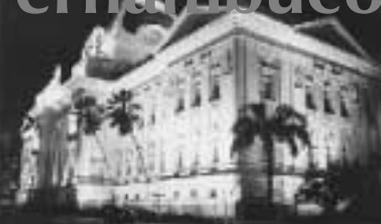




UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS – CESPE

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
de Pernambuco



Concurso Público

CARGO:

TÉCNICO JUDICIÁRIO
DA 3.^a ENTRÂNCIA

CADERNO DE PROVAS

(Aplicação: 8/7/2001)

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Concurso Público (Aplicação: 8/7/2001)
CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 3.ª ENTRÂNCIA

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta de **quarenta** questões, assim distribuídas: **dez** questões de **LÍNGUA PORTUGUESA**, **oito** questões de **DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL**, **oito** questões de **DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**, **oito** questões de **DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL** e **seis** questões de **CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA E CONHECIMENTOS GERAIS**.
- 2 Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de um quarto do valor de questão certa, conforme consta no Edital n.º 1/2001 – TJPE, de 27/4/2001.
- 4 Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, régua, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante as provas, o candidato não deve levantar-se nem comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das provas do candidato.

AGENDA

- I **10/7/2001** – divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas realizadas em 8/7/2001, no Jornal do Commercio, no Diário de Pernambuco e na Internet — no endereço <http://www.cespe.unb.br>.
- II **11 e 12/7/2001** – recebimento de recursos das provas objetivas realizadas em 8/7/2001, nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas realizadas em 8/7/2001.
- III **25/7/2001** – data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco e nos locais mencionados no item I: do resultado final do concurso e da convocação para perícia médica para os candidatos que realizarem provas no dia 8/7/2001.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **10 DOS RECURSOS** do Edital n.º 1/2001 – TJPE, de 27/4/2001.
 - Informações relativas a resultado não serão prestadas por telefone.
 - É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.
-



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público (Aplicação: 8/7/2001)

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 3.ª ENTRÂNCIA

Nas questões de 1 a 40, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Na Folha de Respostas, a indicação do campo SR é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto LP-I – questões de 1 a 3

Morrer custa caro

1 Um dos motivos pelos quais não se fala muito a respeito da
eutanásia, especialmente no ambiente médico, apesar de o tema
interessar a todo mundo, é o dinheiro. Queiramos ou não, morrer custa
4 caro. Definhar em um hospital, custa, em média, 2.000 reais ao dia —
seis vezes mais se for em uma UTI (nos Estados Unidos da América
(EUA), 75% das mortes ocorrem em hospitais, e um em cada três
7 pacientes terminais passa pelo menos 10 dias em UTIs). Nos últimos seis
meses, segundo Daniel Deheinzeln, diretor clínico do Hospital do
Câncer, em São Paulo, o paciente torra, em média, com médicos,
10 remédios e hospitais, mais do que gastou com saúde em toda a sua vida.
Nos EUA, segundo pesquisa recente da *Time/CNN*, nada menos do que
um terço das pessoas leva a família à falência ao morrer.

13 O fato, inegável, é que os recursos para a saúde são finitos e
temos de decidir como gastá-los da melhor maneira possível, diz Daniel.
Ignorar essa discussão é hipocrisia. Ele se refere àqueles casos em que
16 se sabe que o tratamento não vai resolver nada e em que ele é levado
adiante mesmo assim. Às vezes, isso é feito para o médico poder dizer
à família que tentou de tudo. Às vezes, é para cobrar mais, diz Daniel.
19 Antes de discutir a legalização da eutanásia, temos de ter a coragem de
estabelecer critérios claros para interromper tratamentos que não estão
funcionando ou para não começar novos.

22 Veja a posição das principais religiões acerca de morte piedosa:

Cristianismo — Em 1980, o Vaticano divulgou uma Declaração Sobre a Eutanásia, na qual reitera que “nada nem ninguém pode de qualquer forma permitir que um ser humano inocente seja morto, seja ele um feto ou um embrião, uma criança ou um adulto, um velho ou alguém sofrendo de uma doença incurável, ou uma pessoa que está morrendo.” Alguns cristãos defendem o sofrimento na hora da morte como uma oportunidade para que os cristãos se identifiquem com a agonia de Jesus.

Judaísmo — O Velho Testamento fala na sacralidade da vida humana. A posição da maioria dos religiosos é a de que a eutanásia e o suicídio assistido são uma ofensa a Deus.

Alguns líderes judeus, entretanto, acreditam que manter uma vida por aparelhos pode impedir que a alma entre no paraíso.

Islamismo — O Alcorão diz: “Não tire a vida que Alá fez sagrada a não ser no exercício da Justiça.” Os muçulmanos vêem a morte piedosa como um crime e um pecado.

Hinduísmo — Os hindus têm a obrigação de respeitar os velhos e de cuidar deles até a morte. Não se cogita tirar a vida de um moribundo.

Budismo — É a única das grandes religiões a aceitar a morte piedosa, quando o sofrimento de se manter vivo é pior que a morte. A decisão deve ser tomada caso a caso.

Superinteressante, março/2001, p. 44 e 49 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com relação às idéias do texto LP-I, assinale a opção correta.

- A No texto, a eutanásia é discutida de um ponto de vista exclusivamente ético.
- B No ambiente médico, a morte piedosa é um assunto muito debatido.
- C Nos EUA, 25% das mortes ocorrem em UTIs.
- D Nos últimos seis meses de vida, o paciente gasta mais dinheiro do que gastou em toda a sua existência.
- E Ao tentar um tratamento para salvar o paciente, o médico nem sempre é movido por interesses humanitários.

QUESTÃO 2

A posição unânime dos líderes de _____ das principais religiões citadas nos cinco últimos fragmentos serve para justificar a atitude dos médicos interessados em cobrar mais das famílias dos pacientes terminais, prolongando-lhes artificialmente a vida.

Com base no conteúdo do texto LP-I, assinale a opção que completa o sentido da afirmativa acima.

- A uma
- B duas
- C três
- D quatro
- E cinco

QUESTÃO 3

Com referência ao conteúdo e à correção gramatical do texto LP-I, assinale a opção correta.

- A Na linha 2, a preposição “de” pode contrair-se com o artigo “o” sem se incorrer em erro.
- B A forma verbal “torra” (l.9) pode ser substituída por **gasta** sem que o sentido geral do período seja alterado.
- C O vocábulo “àqueles” (l.15) pode ser desdobrado em dois (**à aqueles**) sem que se incorra em erro.
- D Na linha 16, o pronome “se” pode ser posposto ao verbo sem prejuízos para o estilo textual.
- E Na linha 19, o vocábulo “temos” pode ser substituído por **havemos** sem que haja alteração de sentido.

Medindo as palavras

1 O maior criminoso do Brasil está preso, mas ninguém ousa
falar mal dele. Vocês já repararam no tratamento discreto, macio,
quase gentil que as classes falantes têm dado a Fernandinho
4 Beira-Mar, desde que foi preso? Ninguém o chama de assassino, de
genocida, de monstro, de nenhum daqueles nomes que tão facilmente
vêm à boca de todos quando se referem a desarmados vigaristas de
7 colarinho branco ou até mesmo à pessoa do presidente da República.
Nenhuma multidão em fúria, convocada pelos autodesignados porta-
vozes dos sentimentos populares, se reúne na porta da delegacia para
10 xingá-lo. Nenhum moralista, com lágrimas de indignação nos olhos,
condena como insulto à memória de inumeráveis vítimas os cuidados
paternais que o traficante recebe na cadeia, como tantos julgaram um
13 acinte a prisão especial que, em obediência à lei, as autoridades deram
a um conhecido juiz septuagenário, incapaz de matar uma galinha.

Não obstante, o homem que distribui drogas a crianças nas
16 escolas e mata quem tenta impedi-lo é, obviamente, um assassino, um
genocida, um sociopata amoral e cínico. Aplicados a suspeitos de
crimes incruentos, esses termos são figuras de expressão, hipérboles
19 descomunais, flores de plástico de uma retórica postiça. A liberdade
tropical no emprego das hipérboles para falar de quem rouba contrasta
singularmente com a inibição de usar as palavras em seu sentido literal
22 para falar de quem mata.

Mas, no caso presente, há algo mais que isso — algo de
infinidamente mais sinistro. Há o temor instintivo de revelar a uma luz
25 muito direta e crua a feiúra de um sócio das FARC's. Pois essa luz
ameaçaria refletir-se sobre a imagem da guerrilha e, portanto, de todos
os seus amigos e apologistas: a esquerda quase inteira.

28 Falar de Fernandinho Beira-Mar com uma linguagem
proporcional à gravidade de seus crimes seria — para usar a expressão
consagrada do jargão militante — dar munição ao inimigo. Naquilo
31 que dentro de uma cabeça esquerdista faz as vezes de consciência
moral, não há pecado maior. Portanto, moderação nas palavras!
Abandonado há tempos em nome da ética, da participação e do dever
34 de denunciar, o estilo noticioso frio, factual, sem comentários, é de
repente retirado da gaveta e mostra toda a sua inesperada serventia:
em um ambiente de furor moralista e indignação oratória, o relato
37 neutro, asséptico, soa quase como um elogio.

Olavo de Carvalho. In: *Época*, n.º 155, 7/5/2001, p. 51 (com adaptações).

QUESTÃO 4

A propósito das idéias do texto LP-II, assinale a opção correta.

- A No Brasil, os ladrões são mais bem tratados e mais respeitados que os assassinos.
- B Infere-se do texto que Fernandinho Beira-Mar tem recebido um tratamento paternal da polícia por ser portador de diploma superior.
- C Segundo o texto, o conhecido juiz é “incapaz de matar uma galinha” há setenta anos.
- D A esquerda evita falar mal de Fernandinho Beira-Mar porque, se o fizer, estará condenando uma de suas próprias práticas: a guerrilha.
- E Nos últimos anos, o “estilo noticioso frio, factual, sem comentários” (l.34) tem sido o preferido pelos meios de comunicação brasileiros.

QUESTÃO 5

Com relação ao conteúdo do texto LP-II, assinale a opção correta.

- A No primeiro parágrafo, o autor usa recursos retóricos: uma frase interrogativa seguida de três períodos começados por um pronome indefinido.
- B Na linha 4, o pronome “o” tem como referente “tratamento discreto, macio, quase gentil” (l.2-3).
- C Na linha 7, o antônimo contextual do vocábulo “branco” é **sujo**.
- D Nas linhas 11 e 13, os sinais indicativos de crase são de uso facultativo.
- E Na linha 23, o pronome “isso” tem como referente “algo de infinitamente mais sinistro” (l.23-24).

QUESTÃO 6**A crise das leis**

1 A lei, como ato normativo fundado na soberania, encontra-se em crise. Ela, que foi dominante durante a Revolução Francesa e representava a encarnação da razão, vem gradativamente perdendo suas principais características. Para Rousseau, representa a manifestação da vontade geral. A sua característica principal é ser a expressão da vontade pública e da soberania. No entanto, a lei parece ter perdido o caráter de estabilidade, generalidade e abstração, e isso se dá por dois motivos essenciais: a banalização da lei e o seu enfraquecimento como ato normativo.

10 A banalização ocorre em razão da existência de um fenômeno de inflação legislativa, que vem sendo registrado em todo o mundo. O excesso de leis acaba por torná-las inócuas. Não se trata somente do excessivo número de leis, mas de sua extensão. Por exemplo, determinada lei que tinha 90 linhas, hoje tem 210. As leis estão cada vez mais extensas e mais numerosas. No Brasil, há aproximadamente 16 9.800 leis federais em vigência, o que torna difícil seu conhecimento pelos cidadãos. Mas todos têm obrigação de conhecê-las, pois ninguém pode alegar desconhecimento da lei para justificar o seu descumprimento.

19 A lei cada vez menos contém regras de direito. As recomendações são maiores que as ordens. Também existem leis que, apesar de terem uma sorte de comando, não são acompanhadas de sanções para aqueles que não cumprem os preceitos nelas estabelecidos. O nosso ordenamento jurídico é rico nesse tipo de leis, como a Lei n.º 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental como direito de todos, sem impor nenhuma espécie de sanção, caso as instituições de ensino não a promovam. Não contém dispositivos mandamentais, mas apenas declaratórios, que acabam por dar lugar a um direito fluido e fraco.

Celso Ribeiro Bastos. In: *Correio Braziliense*, 11/10/1999, p. 13 (com adaptações).

Considerando as idéias gerais do texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A lei está “em crise” (l.2) por ter-se tornado banal e fraca como ato normativo.
- Ⓑ Inferre-se do texto que, para ser forte, a lei deve ser estável, geral e abstrata.
- Ⓒ Por “banalização” (l.8) entende-se, no texto, a criação de um número excessivo de leis, que acabam por se tornar inócuas.
- Ⓓ Para ser forte, uma lei precisa conter menos regras de direito e ser pródiga em longas recomendações.
- Ⓔ Leis fortes são leis acompanhadas de sanções.

QUESTÃO 7

Assinale a opção gramaticalmente correta.

- Ⓐ A característica principal da lei, é ser expressão da vontade pública e da soberania; no entanto, parece ter perdido o caráter de estabilidade.
- Ⓑ Como atos normativos, fundados na soberania, encontram-se as leis em crise.
- Ⓒ No Brasil, existe aproximadamente 9.800 leis federais em vigência, isto torna difícil seu conhecimento pelos cidadãos.
- Ⓓ Embora exista leis que têm um tipo de comando, elas não são acompanhadas de sanções para aqueles que desrespeitam os preceitos nela estabelecidos.
- Ⓔ O nosso ordenamento jurídico é rico nesse tipo de lei, que não impõem nenhuma espécie de sanção, quando as instituições de ensino não promovem a educação ambiental.

Texto LP-III – questões 8 e 9**Ainda há juízes no Brasil**

O lugar de um cidadão, seja ele moleiro, seja senador, é definido em lei — não diante das câmaras.

1 Em 1745, o todo-poderoso Frederico II, rei da Prússia, mandou construir, em Potsdam, nos arredores de Berlim, o famoso castelo de Sans-Souci, que ficaria pronto dois anos depois. Déspota esclarecido, amigo de escritores e artistas, exerceu atração sobre sábios de várias nacionalidades, especialmente franceses. Voltaire foi um dos que freqüentaram sua residência.

10 Um de seus áulicos, porém, mais arbitrário que o governante a quem servia, ainda que sem as mesmas luzes, quis espantar para longe da vizinhança um modesto moleiro para que o pequeno empresário e seu moinho não ofendessem a paisagem que cercava a construção. O intendente tinha a seu favor a lei informal, jamais promulgada, mas vigente em tais circunstâncias, que o político brasileiro Pedro Aleixo tanto temeu quando ousou imaginar o que faria o guarda da esquina, e não o ditador ou seus ministros, com todos os poderes do Ato Institucional n.º 5.

19 Parodiando Camões, nessas horas “uma nuvem que os ares escurece / sobre nossas cabeças aparece. E tão temerosa vinha e carregada / que pôs nos corações um grande medo.” Dando a entender que falava em nome do rei, a autoridade foi fazendo propostas em cima de propostas para que o moleiro se mudasse dali, ensejando assim a destruição do moinho. Nenhuma delas surtiu o efeito desejado.

28 O intendente passou, então, às ameaças, que, entretanto, não assustaram o proprietário cioso de seus direitos. A querela chegou aos ouvidos de Frederico II e o monarca resolveu conversar com aquele homem que lhe pareceu tão corajoso. Perguntou-lhe qual o motivo de ele não ter medo de ninguém, nem do rei. A resposta do moleiro foi resumida em uma frase que se tornou célebre, depois freqüentemente invocada em situações em que o Judiciário é chamado a limitar o poder dos governantes: Ainda há juízes em Berlim.

Deonísio da Silva. In: *Época*, n.º 155, 7/5/2001, p. 114 (com adaptações).

QUESTÃO 8

Julgue os itens a seguir, em que, nas reescrituras ou inferências, as frases se mantêm fiéis às idéias do texto LP-III.

- I Frederico II era um monarca que, para se tornar mais instruído, convidava artistas e escritores para freqüentar seu palácio.
- II Um dos áulicos, ainda que vivesse com menos conforto que seu governante, não queria vizinhos pobres.
- III Um trecho de Camões é usado como recurso para enfatizar, na narrativa, o clima de temor que a opressão provoca “nessas horas” (l.19).
- IV Segundo o texto, o Judiciário pode limitar o poder dos governantes.
- V Da associação do título (e do comentário abaixo do título) com a frase do moleiro pode-se inferir uma crítica negativa a fatos recentes bastante conhecidos ocorridos no Brasil.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e IV.
- Ⓑ I, II e V.
- Ⓒ I, III e IV.
- Ⓓ II, III e V.
- Ⓔ III, IV e V.

QUESTÃO 9

No texto LP-III, haverá alteração de sentido caso se substitua

- A “áulicos” (l.8) por **cortesãos.**
- B “arbitrário” (l.8) por **discricionário.**
- C “temerosa” (l.21) por **temerária.**
- D “ensejando” (l.24) por **propiciando.**
- E “intendente” (l.27) por **administrador.**

QUESTÃO 10

OF N.º 25/2001 – DEP

Arcoverde, 13 de maio de 2001.

Senhor Chefe,

Tendo em vista os transtornos apresentados por nosso depósito de central, em razão do excessivo número de mercadorias que estocamos, como papéis diversos, lápis e canetas, borrachas, bem como equipamentos e etc., solicito a V. Ex.^a que tome as medidas necessárias a autorizar, com a máxima urgência, os encaminhamentos solicitados para que o meu pessoal possa acondicionar aqueles produtos.

Dada a óbvia iminência requerida pelo assunto, bem como devido aos demorados prazos de tramitação dos processos de compra, é meu desejo que os projetos construtivos sejam aprovados prontamente e logo executados, no mais curto espaço de tempo possível.

Vale aqui chamar-lhe a atenção para a imperiosa necessidade, também, após a necessária consulta do Departamento de Compras, da necessidade de constituição do processo formal, com a definição da respectiva modalidade de aquisição (licitação, carta-convite ou suprimento de fundos).

Cordialmente,

José da Silva

Chefe do Departamento de Estoque de Produtos

Ao Senhor
JOÃO DOS SANTOS
Chefe da Divisão de Obras
Secretaria Municipal de Abastecimento

Com relação às características de redação oficial, o texto hipotético acima apresenta

- I impessoalidade.
- II uso do padrão culto de linguagem.
- III clareza.
- IV concisão.
- V formalidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

**DIREITO ADMINISTRATIVO
E DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 11**

José foi condenado a dez anos de reclusão pelo cometimento de crime de homicídio doloso. Após cumpridos dois anos da pena, surgiu prova, antes inexistente, em que restava evidente a inocência de José. Proposta a ação revisional, foi esta julgada procedente e José considerado inocente no processo penal.

Em face dessa situação hipotética e considerando as regras relativas à responsabilidade civil do Estado por ato judicial, assinale a opção correta.

- A Não caberá ação contra o Estado, mas apenas contra o juiz do feito, e se for provada a sua intenção de condenar réu sabidamente inocente.
- B Não é cabível, na hipótese, ação contra o Estado ou contra o juiz, haja vista não poder ser atribuída a um ou a outro a culpa pela condenação de José.
- C O Estado, independentemente de culpa ou dolo de qualquer agente público, deverá indenizar o condenado pelo erro judiciário.
- D A responsabilidade do Estado será objetiva, cabendo ação regressiva do Estado contra o juiz se demonstrada a culpa ou dolo deste último.
- E A responsabilidade do Estado em face de ato judicial será subjetiva, sendo a responsabilidade do juiz regressiva e objetiva.

QUESTÃO 12

O prefeito de determinada cidade do interior, ciente de que sua competência para desapropriar bens é discricionária, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação imóvel pertencente a inimigo político.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Tratando-se de ato discricionário, estará esse ato imune ao controle judicial.
- B Tratando-se de ato de gestão, não haverá qualquer ilegalidade, haja vista esse ato somente produzir qualquer efeito se for obtida a anuência do proprietário.
- C A atuação do prefeito caracteriza ato de império, o que torna impossível o seu desfazimento quer pela via administrativa quer pela via judicial.
- D Demonstrado o desvio de finalidade na atuação do prefeito, o ato poderá ter a sua validade atacada pela via judicial.
- E A única hipótese de desfazimento do ato será por meio do reconhecimento, pela própria administração pública, de sua inconveniência, o que permitirá a sua revogação.

QUESTÃO 13

O prefeito da cidade de Recife delegou a uma empresa privada a incumbência da prestação de determinado serviço público por meio de contrato de concessão de serviço público precedido do devido processo licitatório. Findo o mandato desse prefeito, o seu sucessor considerou equivocada a decisão de seu antecessor e decidiu, em nome do interesse público, extinguir esse contrato.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A extinção do contrato somente poderá ser decretada se houver inexecução total ou parcial do contrato pela concessionária.
- B Desde que o novo prefeito motive seu ato e indenize a concessionária, poderá, por ato administrativo, ser decretada a extinção da concessão.
- C Desde que o novo prefeito motive seu ato, o contrato poderá ser extinto, independentemente de indenização.
- D A extinção do contrato que tenha por fundamento interesse público dependerá de lei autorizativa específica.
- E Somente por meio de ação judicial poderá ser decretada a extinção do contrato de concessão.

QUESTÃO 14

De acordo com o texto da Constituição da República de 1988 vigente, a estabilidade dos servidores públicos

- A foi extinta pelo advento da Emenda Constitucional n.º 19/1998.
- B será adquirida pelos ocupantes de empregos públicos após aprovação em estágio probatório.
- C será adquirida após prévia aprovação em estágio probatório de três anos.
- D somente poderá ser extinta por meio de processo judicial com trânsito em julgado.
- E somente foi mantida para os servidores que já eram estáveis no serviço público antes da promulgação da Emenda n.º 19/1998, ou para os que, nesse período, estavam em estágio probatório.

QUESTÃO 15

Compete à justiça federal julgar causas referentes a

- A infrações penais praticadas em detrimento do Banco do Brasil S.A., excluídas as contravenções e ressalvada a competência da justiça militar e da justiça eleitoral.
- B crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- C execução de sentença nas causas cuja competência originária pertença ao Supremo Tribunal Federal.
- D infrações penais que envolvam possível autoria de governador de estado.
- E infrações penais praticadas em detrimento de sociedade de economia mista.

QUESTÃO 16

Jean Paul, francês naturalizado brasileiro no ano de 2000, com 21 anos de idade, gostaria de exercer alguma atividade no Brasil. Nessa hipótese, Jean Paul poderá

- A ter a propriedade e a administração de empresa jornalística ou de radiodifusão.
- B seguir carreira diplomática, não como embaixador, mas como diplomata brasileiro.
- C ser eleito deputado federal, podendo, inclusive, ser presidente da Câmara dos Deputados.
- D ser nomeado ministro de Estado da Defesa.
- E ser eleito prefeito de Recife.

QUESTÃO 17

Com referência à organização, à competência e ao funcionamento do Ministério Público, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, assinale a opção **incorreta**.

- A O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Tribunal de Contas da União.
- B O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios integra o Ministério Público da União.
- C A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- D O procurador-geral da República é nomeado para exercer mandato de dois anos, permitida sua recondução.
- E São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, indivisibilidade e independência funcional.

QUESTÃO 18

Acerca do poder constituinte, assinale a opção **incorreta**.

- A O poder constituinte originário não encontra limites em direito positivo anterior, é poder extrajurídico.
- B O poder constituinte reformador deriva do poder constituinte originário. Por isso pode ser chamado de poder constituinte derivado.
- C A forma federativa de Estado é cláusula pétrea elencada na Constituição da República de 1988.
- D Decorre do poder constituinte constituído ou derivado a competência que a Constituição da República confere ao Congresso Nacional para aprovar emendas ao seu texto.
- E Nos termos da Constituição da República de 1988, matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada poderá, desde que observado *quorum* específico, ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 19

Assinale a opção correta.

- A Os contratos são espécies do gênero negócio jurídico.
- B O vício, ou defeito visível e aparente, caracteriza o vício redibitório.
- C As arras em dinheiro consideram-se, sempre e em qualquer caso, uma maneira de confirmar a realização do contrato.
- D Nos contratos bilaterais, qualquer dos contraentes, mesmo antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- E Os negócios jurídicos são sempre celebrados por duas partes.

QUESTÃO 20

Os toxicômanos serão sempre considerados

- A relativamente incapazes.
- B relativamente capazes.
- C capazes, para todos os efeitos.
- D absoluta ou relativamente incapazes, conforme determinado na sentença de interdição.
- E absolutamente incapazes, se condenados pelo crime de tráfico de entorpecentes.

QUESTÃO 21

Um comerciante tem residências em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, em razão de suas ocupações profissionais, vivendo, em média, sete meses do ano em Belo Horizonte e os outros cinco no Rio. Nesse caso hipotético, o domicílio civil do comerciante

- A será apenas o Rio de Janeiro.
- B será apenas Belo Horizonte.
- C não será nenhuma das duas cidades mencionadas.
- D será apenas a cidade que ele apontar como domicílio em sua declaração de imposto de renda.
- E será tanto Belo Horizonte quanto o Rio de Janeiro.

QUESTÃO 22

Carlos retirou João do lote que este ocupava, permanecendo neste lote sem que João tentasse reavê-lo.

Nessa situação hipotética, para o sistema legal brasileiro, o convalidamento da posse adquirida de forma violenta ou clandestina é permitido

- A desde que notificado o legítimo proprietário.
- B pela cessação da violência ou da clandestinidade e pelo decurso de ano e dia.
- C porque a posse guarda sempre o caráter de sua aquisição.
- D desde que a posse se estenda por mais de ano e dia.
- E pela cessação da violência ou da clandestinidade.

QUESTÃO 23

Walter deve determinada quantia a Marcos. Por isso, Walter entregou a Marcos um imóvel e cedeu-lhe o direito de perceber, em compensação da dívida, o aluguel oriundo do imóvel.

Nesse caso, tratando-se de convenção mediante a qual o credor, possuindo um imóvel do devedor, percebe os seus frutos para conseguir a soma de dinheiro emprestada, imputando na dívida e até o seu resgate as importâncias que for recebendo, denomina-se

- A anticrese.
- B sub-hipoteca.
- C penhor de direitos.
- D caução de título de crédito.
- E servidão predial.

QUESTÃO 24

Um indivíduo, alegando que perdeu uma de suas mãos enquanto operava uma prensa na empresa em que trabalhava, propôs demanda com o objetivo de obter o pagamento dos benefícios previdenciários a que tem direito. Essa demanda deverá ser julgada pela justiça

- A do trabalho.
- B comum federal.
- C comum estadual, por vara da fazenda pública, nas comarcas em que esta existir.
- D comum estadual, por vara cível, se não existir vara especializada.
- E especial militar.

QUESTÃO 25

Um indivíduo propôs ação de cobrança e o juiz indeferiu a petição inicial por inépcia. Nesse caso,

- I o autor poderá interpor agravo retido.
- II o autor poderá apelar.
- III é facultado ao juiz reformar sua decisão no prazo de 48 horas, após apresentação do recurso cabível.
- IV o autor poderá interpor correição parcial.
- V o autor poderá interpor agravo de instrumento.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B I e V.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e V.

QUESTÃO 26

Será computado em

- A dobro o prazo para contestar, quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores ou quando o Ministério Público for parte.
- B dobro o prazo para recorrer, quando os litigantes tiverem diferentes procuradores ou quando a fazenda pública for parte.
- C dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer, quando a fazenda pública for parte.
- D quádruplo o prazo para contestar e para recorrer, quando a fazenda pública ou o Ministério Público forem parte.
- E dobro o prazo para contestar e para recorrer, quando o Ministério Público for parte.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 27

Com relação à aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir.

- I As leis penais excepcionais e temporárias aplicam-se aos fatos ocorridos durante o período de sua vigência, mesmo após serem revogadas.
- II Os crimes que o Brasil, por tratado ou convenção, se obrigou a reprimir, ficam sujeitos à lei brasileira, ainda que cometidos no estrangeiro.
- III Quanto ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade, considerando praticado o crime tanto no momento da ação ou omissão como no momento do resultado.
- IV A lei penal somente retroagirá em caso de *abolitio criminis*.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 28

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- I Berto, após discutir com Marcelo, recebeu deste um tapa no rosto. Ato contínuo, Berto sacou de uma faca e, com ela, ofendeu a integridade física de Marcelo, causando-lhe lesões em um dos dedos da mão direita. Marcelo, violonista, ficou impossibilitado de exercer suas atividades habituais por mais de trinta dias. Nessa situação, é correto afirmar que a conduta de Berto encontra-se amparada pela legítima defesa.
- II Marido e mulher trocaram entre si agressões verbais. A mulher, excedendo-se, ofendeu a dignidade do marido, que revidou também com uma ofensa à dignidade daquela, na mesma proporção. Nessa situação, é correto inferir que o ato praticado pelo marido encontra-se amparado pela legítima defesa.
- III Processado pela prática de crime, no decorrer da ação penal, Ian foi submetido a exame pericial, constatando-se que, por doença mental, era ele, ao tempo do crime, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Nessa situação, Ian será considerado inimputável e sua pena será obrigatoriamente reduzida de um a dois terços.
- IV Murilo, na véspera de completar dezoito anos de idade, iniciou a execução de um crime de roubo cujo *iter criminis* se prolongou até o dia seguinte. Nessa situação, Murilo é penalmente responsável pelo crime.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 29

Múcio e Igor, amigos, torcedores fanáticos do Esporte Clube Cruzado e extremamente emocionados e ansiosos por verem seu time disputando pela primeira vez, em um século de existência, uma final de campeonato, encontraram-se na entrada do Estádio Muriti. Ali, realizava-se operação preventiva da Polícia Militar com a finalidade de coibir a violência. Foram ambos revistados, tendo sido encontrado, em poder de cada um deles, um cigarro de maconha que se destinava ao uso próprio. Não ficou evidenciado que Múcio ou Igor tivessem prévio conhecimento do que o outro consigo levava.

Diante dessa situação hipotética, e considerando que o art. 16 da Lei n.º 6.368/76 comina pena de seis meses a dois anos de reclusão pelo crime de porte de droga para uso próprio, pena essa que pode ser aumentada de um a dois terços, caso o crime decorra de associação (art. 18, III, 1.ª figura), assinale a opção correta.

- A Múcio e Igor encontram-se em situação de flagrante próprio. Contudo, não serão presos, por tratar-se, o crime de porte de droga para uso próprio, de infração penal de menor potencial ofensivo. Deverá, então, ser lavrado o respectivo termo circunstanciado, encaminhando-se imediatamente os autores dos fatos ao Juizado Especial Criminal.
- B Múcio e Igor deverão ser presos em flagrante por porte de droga para uso próprio, qualificado pelo concurso de agentes. Contudo, para a lavratura do auto de prisão em flagrante, será necessário o prévio exame de constatação da natureza da substância encontrada.
- C Múcio e Igor, no caso de serem processados por porte de droga para uso próprio, poderão ser absolvidos porque, embora o ato por eles praticado seja tipificado como crime, encontra-se acobertado por circunstâncias que excluem a imputabilidade penal: a emoção e a paixão.
- D Múcio e Igor deverão ser presos em flagrante delito de crime de porte de droga para uso próprio, após a constatação da natureza da substância por perito oficial ou, na ausência deste, por pessoa idônea escolhida preferencialmente entre as que tiverem habilitação técnica. Em caso de instauração de ação penal, poderá ocorrer a suspensão do processo (Lei n.º 9.099/1995, art. 89).
- E Múcio e Igor, após a lavratura do termo circunstanciado, poderão ser liberados mediante pagamento de fiança e compromisso de comparecerem perante o Juizado Especial Criminal para responderem por seus atos.

QUESTÃO 30

Julgue os itens seguintes, no que se refere à prisão provisória.

- I A prisão em localidade diversa daquela em que ocorreram os fatos não desnatura o flagrante, se as circunstâncias indicarem perseguição contínua do agente. Trata-se de situação de quase-flagrante ou flagrante impróprio.
- II A circunstância de tratar-se de crime culposos, por si só, não impede a decretação da prisão preventiva.
- III A fuga do acusado do distrito da culpa não justifica o decreto de prisão preventiva.
- IV O juiz, ao receber a comunicação da prisão em flagrante, não está obrigado, para manter a custódia, a fundamentar sua decisão.
- V A prisão temporária (Lei n.º 7.960/1989) é medida excepcional que se fundamenta em sua imprescindibilidade para as investigações policiais e, portanto, dispensa fundamentação para que seja decretada.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 31

Julgue os itens abaixo.

- I De acordo com a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF), o estupro e o atentado violento ao pudor, para serem considerados como crimes hediondos, devem, necessariamente, resultar em lesão corporal de natureza grave ou morte.
- II De acordo com a jurisprudência do STF, a Lei n.º 9.455/1997 — que dispõe acerca dos crimes de tortura —, ao admitir a progressão do regime de cumprimento da pena para o crime de tortura, aplica-se aos demais crimes a que se refere a Lei n.º 8.072/1990 — Lei dos Crimes Hediondos —, uma vez que a Constituição da República (art. 5.º, XLIII) deu tratamento unitário a todos esses crimes, inclusive quanto ao regime de cumprimento da pena.
- III Conforme disposto no Código Penal, não se pune o aborto praticado por médico nas seguintes hipóteses: quando não há outro meio para salvar a vida da gestante; se a gravidez resulta de estupro e é precedida de consentimento da vítima ou de seu representante legal e quando se sabe, pelos resultados de exames, que o feto é portador de anomalias graves ou fatais, por exemplo, anencefalia ou acrania.
- IV Age com negligência e pode ser responsabilizado por homicídio culposo o empregador rural que, sabendo da elevada toxicidade dos inseticidas, não fornece ao seu empregado os equipamentos necessários à sua proteção, determinando que tais produtos sejam aplicados na lavoura sem a utilização daqueles equipamentos, o que vem a causar a morte do empregado por intoxicação.
- V No crime de apropriação indébita, segundo entendimento do STF, havendo ressarcimento do prejuízo antes do recebimento da denúncia, fica elidido o dolo, não havendo justa causa para instauração da ação penal.

Estão certos apenas os itens

- A** I e IV. **C** II e III. **E** III e IV.
B I e V. **D** II e V.

QUESTÃO 32

Santos, proprietário de um veículo, solicitou a Ricardo que se dirigisse ao estacionamento do *shopping center* em que ambos trabalhavam, com a finalidade de buscar um documento por aquele esquecido no mencionado veículo. Ricardo, atendendo à solicitação, dirigiu-se até o local indicado e, ao aproximar-se de um veículo com as mesmas características do veículo de Santos, tentou abri-lo, quando foi surpreendido por Felipe, proprietário do carro que estava sendo aberto. Felipe, supondo tratar-se de um furto, e mesmo sem procurar se inteirar do que ocorria, e contando com o auxílio de Raul, seu amigo, imobilizou Ricardo e lhe desferiu alguns socos, produzindo-lhe lesões corporais leves. Ato contínuo, chegou Santos ao local e esclareceu o incidente.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Apenas Ricardo deve responder por tentativa de furto do veículo de Felipe.
B Apenas Felipe e Raul devem responder pelas lesões corporais praticadas contra Ricardo.
C Felipe e Raul agiram em situação de legítima defesa putativa do patrimônio, o que exclui o dolo.
D A situação configura exercício regular de direito por parte de Felipe.
E Ricardo deve responder pela tentativa de furto e Felipe e Raul devem responder pelas lesões corporais praticadas contra Ricardo.

QUESTÃO 33

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- I Um juiz, ao receber a denúncia, diante das informações constantes do inquérito policial, de que o réu era oficial desertor do Exército Brasileiro, com paradeiro incerto, determinou, desde logo, que a citação fosse feita por edital. Nessa situação, pode-se concluir que a citação editalícia é válida.
- II Um oficial de justiça, em cumprimento a mandado de citação, compareceu três vezes ao domicílio do réu, não o encontrando. Diante da suspeita de que o réu se ocultava, intimou um familiar do réu que no dia seguinte voltaria, em horário determinado, para efetuar a citação. No dia e hora designados, compareceu o oficial de justiça ao domicílio do réu e, constatando a ausência deste, deu por feita a citação, deixando contrafé com aquele familiar. Lavrou certidão circunstanciada. O réu não atendeu ao chamamento judicial. Nessa situação, deverá ser determinada a citação por edital.
- III Um oficial de justiça certificou que, em cumprimento a mandado de citação, realizou as diligências possíveis para dar cabo à sua missão, não logrando êxito por encontrar-se o réu em local incerto e não sabido. Foi feita a citação por edital. O réu, posteriormente, compareceu em juízo argüindo nulidade da citação sob o fundamento de que nunca se mudou do endereço que havia informado à autoridade policial no curso do inquérito. Apresentou declarações firmadas por particulares comprovando suas alegações. Nessa situação, dando por comprovadas as alegações do réu, o juiz anulará o processo a partir da citação, dando o réu por citado desde o seu comparecimento em juízo.
- IV Um juiz proferiu sentença condenatória em processo-crime, datando-a em 1.º/3/2001. A certidão do escrivão, recebendo os autos do juiz e dando publicação à sentença foi datada de 3/3/2001. No dia anterior à certidão lançada pelo escrivão, havia sido publicado ato do tribunal de justiça, concedendo aposentadoria àquele juiz. Nessa situação, a aposentadoria não tem qualquer relevância porque a decisão foi proferida quando o juiz ainda exercia a jurisdição.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 0. **B** 1. **C** 2. **D** 3. **E** 4.

QUESTÃO 34

Julgue os seguintes itens.

- I O promotor de justiça tem legitimidade para ajuizar *habeas corpus* apenas perante o juízo de primeiro grau em que atua. Não pode ser conhecido, portanto, o pedido de *habeas corpus* formulado pelo promotor de justiça perante o tribunal de justiça.
- II O *habeas corpus*, quando substitutivo de recurso ordinário, somente pode ser impetrado por advogado.
- III É cabível *habeas corpus* para reconhecer a nulidade da sentença penal condenatória, mesmo após o cumprimento integral da pena pelo paciente.
- IV Considere a seguinte situação hipotética.
Iran, policial civil, foi condenado por crime tipificado na Lei n.º 4.898/1965 (abuso de autoridade), recebendo a pena autônoma de vedação do exercício da função policial no município da culpa por um ano.
Essa decisão não é passível de revisão pela via do *habeas corpus*.
- V É possível a reiteração de pedido de *habeas corpus* fundamentado no excesso de prazo de prisão provisória.

Estão certos apenas os itens

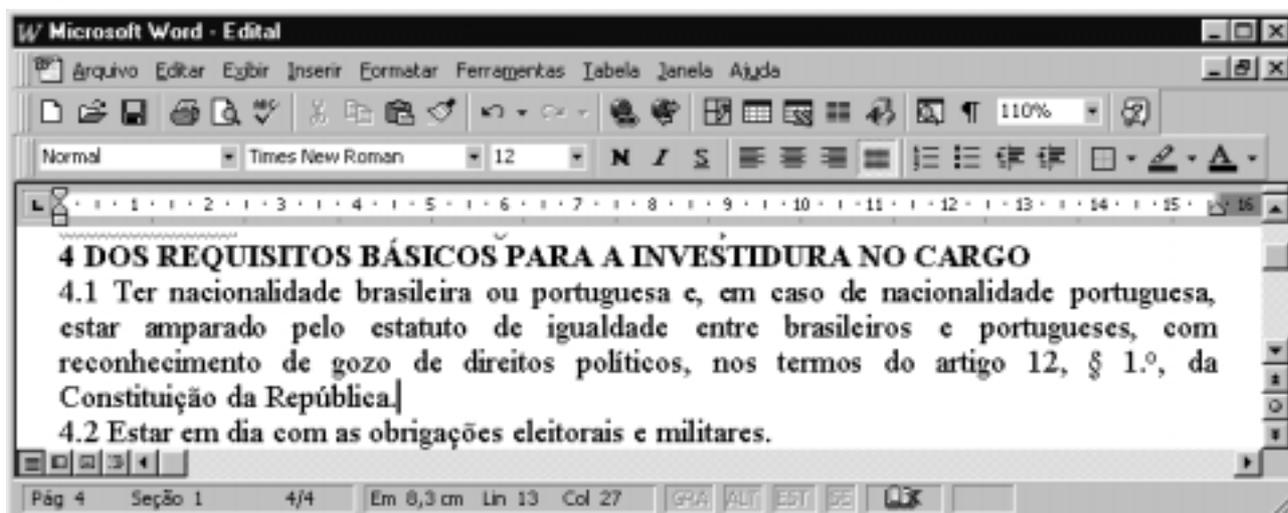
- A** I e II. **C** II e IV. **E** IV e V.
B I e III. **D** III e V.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA E CONHECIMENTOS GERAIS

Nas questões de 35 a 37 considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destras. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e *hardware* utilizados.

Figura CI-I – questões 35 e 36

A figura a seguir mostra uma janela do Word 97.



QUESTÃO 35

Com relação à janela mostrada na figura CI-I, é correto afirmar que, caso o usuário

- A clique no menu **Ferramentas**, aparecerá uma lista de opções, entre as quais a opção Copiar, que permite copiar um trecho de texto selecionado para a área de transferência.
- B clique no botão , aparecerá uma caixa de diálogo denominada Ir para, que permite ao usuário ir para uma página específica do documento.
- C aplique um clique simples no ícone , à esquerda da barra de título, aparecerá uma lista de opções, entre as quais a opção Minimizar.
- D deseje que o Word 97 procure automaticamente erros de ortografia no primeiro parágrafo mostrado no texto, ele poderá fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: selecionar esse parágrafo e, em seguida, clicar em .
- E deseje inserir em algum lugar do texto o símbolo “§”, ele poderá fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: clicar no local onde se quer inserir o referido símbolo; clicar no botão , que fará aparecer uma lista de símbolos; clicar no símbolo “§” contido nessa lista.

QUESTÃO 36

O Word 97 oferece várias opções para se selecionar uma palavra. Assinale a seqüência de ações que **não** levará à seleção da palavra “políticos”, no texto mostrado na figura CI-I.

- A clicar imediatamente à esquerda da letra “p” da palavra “políticos” e, em seguida, clicar entre a letra “s” da palavra “políticos” e a vírgula logo à sua direita
- B aplicar um duplo clique entre as letras “o” e “l” da palavra “políticos”
- C posicionar o ponteiro do *mouse* imediatamente à esquerda da letra “p” da palavra “políticos”; pressionar o botão esquerdo do *mouse* e, mantendo-o pressionado, arrastar o *mouse* de forma a posicionar o seu ponteiro entre a letra “s” da palavra “políticos” e a vírgula logo à direita desta palavra; liberar o botão esquerdo do *mouse*
- D clicar imediatamente à esquerda da letra “p” da palavra “políticos”; pressionar simultaneamente as teclas **Shift** e **Ctrl** e, mantendo-as pressionadas, teclar 
- E clicar imediatamente à esquerda da letra “p” da palavra “políticos”; pressionar a tecla **Shift** e, mantendo-a pressionada, teclar  nove vezes liberando, em seguida, a tecla **Shift**

QUESTÃO 37

	Gastos (em milhares de reais)		
	1998	1999	2000
Papel	12	16	30
Canetas	5	9	12
Suprimentos de informática	21	45	96

Marcos fez o levantamento dos gastos efetuados por sua empresa com determinados suprimentos de escritório, nos anos de 1998 a 2000. Feito o levantamento, Marcos editou os dados em uma planilha, utilizando o Excel 97. Esta planilha é mostrada na figura acima. Com relação à figura e ao Excel 97, julgue os itens a seguir.

I Caso Marcos deseje aplicar negrito ao conteúdo da célula B2, ele pode fazê-lo com sucesso clicando no centro desta célula com o botão esquerdo do *mouse* e, em seguida, clicando no mesmo lugar com o botão direito do *mouse*.

II Caso Marcos deseje calcular o total de gastos com papel nos três anos mostrados, ele poderá fazê-lo com sucesso por intermédio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula E3, pressionar a tecla **+**, teclar **Enter**.

III Caso Marcos clique na célula D3 e altere o valor em **100%** de 100% para 200%, o conteúdo da célula D3 será alterado para 40.

IV Caso Marcos clique na célula E5, digite **=B5+C5+D5/2** e, em seguida acione a tecla **Enter**, aparecerá o número 94 na célula E5.

V O botão  permite exibir ou ocultar a barra de ferramentas Web.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e V.
- E** IV e V.

QUESTÃO 38

Na atualidade, a Argentina passa por aquela que é considerada por muitos a pior crise econômica e social de sua história. A respeito do quadro hoje vivido por esse país, que é o mais importante parceiro comercial do Brasil no âmbito do MERCOSUL, assinale a opção correta.

- A** O presidente argentino, Fernando de la Rúa, eleito pelo Partido Justicialista, é herdeiro da forte tradição peronista, o que inviabiliza o apoio que poderia receber de outras correntes políticas do país, como os liberais e os socialistas.
- B** Apesar dos problemas atuais, a indústria argentina ainda mostra-se pujante, tecnologicamente avançada e, em uma economia globalizada, plenamente capaz de vencer a concorrência, em larga medida por apresentar preços bastante competitivos.
- C** Graças à intensiva utilização de mão-de-obra por sua bem desenvolvida pecuária, que exporta carnes de alta qualidade para várias partes do mundo, a Argentina ainda não conhece uma das mais amargas faces da economia contemporânea: o desemprego.
- D** Para debelar a crise, as autoridades econômicas argentinas sabem que dispõem de amplo campo de manobra: como essas medidas praticamente não afetam o MERCOSUL, recebem de seus parceiros de bloco plena liberdade para tomar suas decisões.
- E** Reassumindo o Ministério da Economia em momento de crise aguda, em 2001, Domingo Cavallo dá sinais de que a situação da Argentina não é a mesma de quando, dez anos antes, nas mesmas funções ministeriais, instituiu a paridade entre o peso e o dólar.

QUESTÃO 39

O mundo descortinado na última década do século XX difere, em muito, daquele surgido no pós-Segunda Guerra. Novos e/ou renovados protagonistas emergem na cena internacional contemporânea, quer à procura de espaços para sua atuação, quer procurando estabelecer novas relações de poder. A propósito dessa realidade mundial que se vai desenhando neste início do século XXI, assinale a opção correta.

- Ⓐ O fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não apenas tornou anacrônica a existência da guerra fria, mas também correspondeu ao sepultamento das idéias socialistas, varrendo do mapa mundial todos os regimes que formalmente as defendiam.
- Ⓑ Um aspecto positivo, sob o ponto de vista ético, é que a superação da guerra fria significou, pelo menos até o momento, a impossibilidade de um conflito global, em face da destruição dos arsenais nucleares que o confronto ideológico havia estimulado.
- Ⓒ A República Popular da China tende a ocupar posição de destaque no novo cenário mundial: conquanto mantenha de pé um regime político centralizado, fortemente amparado no partido único e em poderoso exército, moderniza sua economia e amplia sua participação no comércio internacional.
- Ⓓ Sob o comando de George W. Bush, os Estados Unidos da América (EUA) dão insistentes sinais de que estão satisfeitos com a posição que ora desfrutam no mundo, tornando-se menos ingerentes na política internacional e cada vez mais permeáveis a propostas de desarmamento e de preservação ambiental.
- Ⓔ A calma reinante hoje no Oriente Médio, depois de décadas de conflitos infundáveis, permite supor que uma liderança historicamente moderada como Ariel Sharon levará Israel a se afastar de todos os territórios árabes ocupados e a aceitar a cessão de Jerusalém aos palestinos.

QUESTÃO 40

Na recente crise política brasileira, que colocou o Senado Federal como centro das atenções, dois senadores de expressão viram-se obrigados a renunciar aos seus mandatos como forma de preservar seus direitos políticos. Um deles era líder do governo. O outro, com uma trajetória de meio século na vida pública do país, tendo ocupado cargos de elevada projeção, fora presidente da Casa por dois mandatos consecutivos. Relativamente a esses episódios, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Os senadores Antonio Carlos Magalhães (ACM) e José Roberto Arruda, que renunciaram aos respectivos mandatos ante a iminência da cassação, integravam a chamada base de sustentação política do governo federal quando do surgimento da crise que acabou por afastá-los do Senado.
- Ⓑ Na raiz da crise, situa-se a inconfidência de ACM que, em conversa com procuradores — gravada, com trechos posteriormente publicados — teria sugerido conhecer a posição de senadores que, em votação secreta, decidiram pela cassação do senador Luís Estevão.
- Ⓒ Ao participar de acareação com os senadores ACM e Arruda, a funcionária de carreira do Senado que dirigia o setor de processamento de dados da Casa, o PRODASEN, confirmou sua participação no trabalho de violação do painel, considerando-se instada a fazê-lo.
- Ⓓ A violação do painel eletrônico de votação do Senado Federal, no dia da cassação do mandato de Estevão, embora não tenha sido comprovada tecnicamente, a despeito do trabalho realizado por técnicos da Universidade Estadual de Campinas, deu aos membros da Comissão de Ética do Senado elementos para condenar as ações de ACM e de Arruda.
- Ⓔ Cessado o processo contra os senadores ACM e Arruda, as atenções continuaram voltadas para o Senado, desta feita em função de denúncias contra o próprio presidente da Casa, senador Jader Barbalho, envolvendo atos que teriam sido praticados por ele quando governador do Pará e ministro da Reforma Agrária.